

# Aos Trabalhadores da Administração Pública

## 35 HORAS PARA TODOS

O Tribunal Constitucional (TC) declarou inconstitucional a interferência do governo PSD/CDS na celebração de Acordos Colectivos de Empregador Público (ACEP) com as autarquias locais.

Mais de seiscentos (600 !!!) acordos celebrados entre os Sindicatos da CGTP com as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia foram retidos abusivamente pelo governo.

Esta decisão do TC foi uma grande vitória dos trabalhadores da Administração Local.

**É preciso exigir o alargamento das 35 horas a todos os trabalhadores da Administração Pública.**

O PCP apresentou, em 25 de Junho de 2015, um Projecto-Lei em que propunha a redução para

35 horas do limite máximo do horário semanal de trabalho de todos os trabalhadores.

Insistiremos nessa proposta no início dos trabalhos da nova Assembleia da República.

Exortamos todos os trabalhadores a continuarem a luta, em conjunto com os trabalhadores organizados na CGTP, contra esta injustiça e retrocesso social, por uma vida melhor, por um país desenvolvido e soberano.

Apelamos ainda a todos os trabalhadores da Administração Pública para que exijam aos deputados da Assembleia da República, agora eleitos, que promovam a mudança de política para o país que os portugueses, maioritariamente, reivindicaram nas Eleições Legislativas de 4 de Outubro.

### AS PROMESSAS SÃO PARA CUMPRIR

O PCP decidiu apresentar, de imediato, as seguintes iniciativas na Assembleia da República:

- valorização dos salários, designadamente o aumento do salário mínimo nacional para 600 euros no início de 2016, e do valor real das pensões de reforma;
- combate à precariedade, designadamente com alterações à legislação laboral e a aprovação de um Plano Nacional de Combate à Precariedade e de valorização da contratação colectiva;
- reposição dos salários, pensões, feriados e outros direitos cortados, nomeadamente dos complementos de reforma;
- uma política fiscal justa que tribute fortemente os grupos económicos e financeiros e alivie os impostos sobre os trabalhadores, os reformados e pensionistas, os micro, pequenos e médios empresários e o povo;
- reforço e diversificação do financiamento da segurança social e a garantia dos apoios sociais, designadamente do abono de família, subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego;
- contratação de médicos, enfermeiros de família e outros profissionais para o SNS, a reposição do transporte de doentes não urgentes e a eliminação das taxas moderadoras;
- gratuidade dos manuais escolares para o ensino obrigatório;
- reversão dos processos de concessão, subconcessão e privatização, designadamente das empresas de transportes;
- revogação da recente alteração à Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez.
- renegociação da dívida, o controlo público da banca e o estudo e a preparação de Portugal para a libertação da submissão ao Euro, bem como pela revogação do Tratado Orçamental.

**Luta e confiança**  
por um Portugal com futuro

